



Comissão do Impeachment pretende votar calendário hoje

Senadores buscam acordo sobre o cronograma de trabalho, pois proposta que antecipa conclusão de agosto para julho gerou protestos de aliados de Dilma

As datas do processo de impeachment podem ser definidas hoje na comissão especial que analisa o assunto. O planejamento inicial previsto pelo relator, Antonio Anastasia, estipula 15 dias para as alegações finais da acusação e mais 15 dias para a defesa. Proposta de reduzir esses prazos a 5 dias para cada uma das partes gerou fortes protestos de senadores aliados de Dilma Rousseff, o que levou o presidente do colegiado, Raimundo Lira, a remeter a questão ao presidente do

Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota pública advertindo que a agilização do processo não pode restringir o direito de defesa e que é prudente evitar recorrer ao Supremo para decidir questões de ordem.

Outras questões a serem decididas referem-se à forma de votação dos requerimentos (separadamente ou em bloco) e à quantidade de fatos a serem julgados: quatro decretos (em bloco) e pedaladas fiscais ou os cinco itens separadamente. **3**



A Comissão Especial do Impeachment reuniu-se para votar o cronograma na quinta-feira, mas precisou adiar a decisão

Ano Volpe/Agência Senado — 2/6/2016

Jonas Pereira/Agência Senado — 31/5/2016



Senadoras defendem propostas que combatem violência

Projeto sobre controle de gasto público abre pauta da semana

O Senado pode votar amanhã uma proposta que estabelece novo modelo de elaboração e controle de orçamentos públicos. Também estão na pauta do Plenário dois projetos que buscam combater a violência contra a mulher e a conclusão da análise da PEC dos Precatórios, aprovada em primeiro turno na semana passada. **3**

ARQUIVO **S**

Adhemar, de aliado a inimigo da ditadura

Há exatos 50 anos, em 6 de junho de 1966, a ditadura militar expulsava Adhemar de Barros do governo de São Paulo. Foi uma decisão arbitrária, sem direito de defesa. Adhemar havia sido apoiador do golpe de 1964, mas passou a criticar os militares quando se deu conta de que eles não deixariam o poder e frustrariam sua ambição de tornar-se presidente. Os senadores da época se dividiram sobre a cassação do governador paulista. **4**



Adhemar (sentado) e presidente Castello Branco

Reprodução/FGV



Wênis Batista apresenta documentos históricos do Arquivo da Casa

Acervo histórico do Senado fica mais acessível com exposições mensais

Os documentos históricos do Senado podem ser conhecidos pela população em exposições que a Coordenação de Arquivo promove mensalmente. Na semana passada, foi aberta mostra sobre o primeiro projeto de lei apresentado no Senado, em 1826. **2**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Especialista em prevenção e combate à corrupção abre ciclo de palestras do ILB **2**

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovensenador

Parceria:

Realização:

A cada mês o Arquivo expõe documentos que, ligados a temas atuais, ajudam a entender a trajetória do país ao mostrar como fatos históricos foram tratados pelo Senado e como repercutiram na época

Exposições ampliam acesso a acervo histórico do Senado



A RIQUEZA HISTÓRICA dos documentos guardados no Arquivo do Senado está mais acessível à população. A cada mês, a Coordenação de Arquivo promove uma exposição com materiais exclusivos que ajudam a entender a história do país. As mostras, com entrada franca, ficam abertas à visitação de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30.

Na quarta-feira, foi aberta exposição em homenagem ao primeiro projeto de lei apresentado no Senado, em 12 de maio de 1826. De autoria do então senador Visconde de Barbacena, a proposição tratava dos requisitos para obtenção, por estrangeiros, da cidadania brasileira. Na mostra, também há o primeiro projeto de lei aprovado na Casa, em 20 de junho de 1826, relacionado ao mesmo assunto.

De acordo com o coordenador, Wênis de Almeida Batista, os documentos históricos trazem a noção de pertencimento aos cidadãos, ao proporcionar um conhecimento maior acerca da trajetória do país e aumentar o interesse das pessoas pela sua própria história.

— No caso do Senado, isso tem uma ação de cidadania. Você vê que o cidadão começa a compreender o funcionamento do processo legislativo e percebe como esse processo foi evoluindo ao longo do tempo. Hoje nós temos um processo legislativo em que há muito mais participação do cidadão e conseguimos acompanhar isso fazendo essa retrospectiva histórica.

Para escolher os documentos que vão compor as exposições, é preciso, entre outros critérios, que tenham ligação com um tema atual, segundo Batista. Exemplo disso foi a exposição, realizada no mês passado, em homenagem aos 128 anos da

Atuação do Arquivo

O acervo é composto por 8 mil metros lineares de documentos, o equivalente a **53,3 milhões de folhas**

De janeiro a novembro de 2015, a Coordenação de Arquivo realizou **1.018 atendimentos**. Desse total, 793 foram para o público externo

Mais de **40 mil imagens** em suporte papel compõem o acervo

As exposições têm duração de **30 dias**. Até o momento, foram realizadas duas

Abolição da Escravatura.

— Temos a preocupação de procurar materiais que façam um link com o momento atual. Pegamos um assunto da atualidade e verificamos como ele era tratado pelo Senado. A ideia é fazer com que o público entenda toda a repercussão histórica que aquele assunto possui — explicou.

Documentos

Além dos itens que compõem a exposição, o público também pode conhecer outros documentos do acervo. Aqueles de guarda permanente — que não podem ser descartados — estão disponíveis para pesquisa e consulta, respeitando os níveis de acesso e a fragilidade que venham a impossibilitar manuseio.

De acordo com Batista, o intuito da equipe é iniciar neste ano o processo de digitalização dos documentos com relevância histórica. Um scanner está sendo adquirido para digitalizar os papéis mais frágeis. Para ampliar a transparência, serão disponibilizados na internet.

Ligado à Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, o Arquivo é res-

ponsável pelo gerenciamento do acervo do Senado e do Congresso, composto por documentos produzidos desde 1788. Há materiais como os projetos de lei, diários e anais do Senado e do Congresso, incluindo aqueles produzidos no Palácio Conde dos Arcos (sede do Senado de 1826 a 1925) e no Palácio Monroe (sede de 1925 a 1960).

O número de imagens também é alto: há aproximadamente 40 mil fotografias armazenadas em meio físico. As imagens retratam a atividade legislativa no Senado e no Congresso Nacional desde a antiga sede, no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, em 1925, até 1998.

Imagens produzidas após essa data estão sob a custódia da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) em meio digital.

Exposição

LOCAL
Coordenação de Arquivo
Via N2,
Unidade de Apoio 1 do Senado
70165-920 Brasília, DF

HORÁRIO
das 8h30 às 17h30

Prevenção e combate à corrupção abrem ciclo de cinco palestras no ILB

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) inicia hoje o Ciclo de Palestras no Poder Legislativo 2016, visando à atualização profissional dos servidores públicos. A cada segunda-feira, um profissional de referência tratará de tema relevante para o trabalho do Congresso. O ciclo durará cinco semanas,

no Auditório do ILB, das 16h30 às 18h. O primeiro tema será “Prevenção e combate à corrupção no Brasil”. O palestrante será o secretário federal-adjunto de Controle Interno do Ministério da Transparência, Sérgio Seabra.

Confira a programação do evento: <http://bit.ly/palestrasILB>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Vigilantes

9h A comissão promove audiência interativa sobre o piso salarial dos vigilantes.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Internet

14h O conselho se reúne com o presidente da OAB, Claudio Lamachia, para debater o uso da internet e das redes sociais.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos e avisos da Mesa.

IMPEACHMENT Reunião

16h Reunião da Comissão Especial do Impeachment.

SENADO DO FUTURO Participação

18h A comissão faz audiência interativa sobre mecanismos de participação popular.

TERÇA

CCT Gilberto Kassab

8h45 A comissão promove audiência pública interativa com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

CMA Educação ambiental

9h30 A comissão analisa o PLC 105/2014, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, e mais 13 itens.

CAE Ilan Goldfajn

10h A comissão sabatina indicado para a presidência do Banco Central.

TRANSPARÊNCIA Gastos da Presidência

11h A comissão analisa o PLS 62/2016, que determina a divulgação de gastos pessoais da Presidência da República.

CE Destinos turísticos

11h45 Abre a pauta de 16 itens da comissão o PLC 177/2015, que versa sobre promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

SEGUNDA

MP 713/2016 Recurso para o exterior

14h30 Análise de relatório sobre a MP que reduz a 6% o Imposto de Renda sobre a remessa de recursos ao exterior.

MP 714/2016 Mercado da aviação

14h30 Análise de relatório da MP que eleva participação estrangeira em aéreas.

MP 718/2016 Código Antidopagem

14h30 Audiência interativa para debater a MP que institui o novo Código Brasileiro Antidopagem.

PARLASUL Isenção de tarifa

14h30 A Representação Brasileira analisa o PL 3.046/2011, sobre a isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

CMO LDO 2017

14h30 A comissão se reúne para tratar da Lei Orçamentária 2017 e relatorias.

QUARTA

CAS Estagiários

9h A comissão pode votar o PLS 140/2015, que proíbe a exigência de prévia experiência para estagiários, e mais 9 itens.

OBRAS INACABADAS Relator

9h A subcomissão indica novo relator.

CCJ Homicídio de idosos

10h A comissão analisa o PLS 373/2015, que inclui o homicídio de idoso no rol de crimes hediondos, e mais 37 itens.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Energia

14h30 A comissão mista faz audiência interativa sobre política energética e fontes renováveis de energia.

QUINTA

CRE Embaixador para a Argentina

10h A comissão sabatina Sérgio França Danese, indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão do Impeachment tenta definir datas

Em reunião hoje, colegiado deve voltar a buscar um acordo sobre o cronograma de trabalho. Proposta de encurtamento dos prazos causou protestos de senadores contrários ao impedimento de Dilma

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment volta a se reunir hoje, a partir de 16h, para tentar um acordo sobre o cronograma de trabalho apresentado pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Inicialmente ele havia apresentado a proposta de 15 dias para as alegações finais da acusação e outros 15 dias para a defesa. Porém, ao longo da reunião de quinta-feira, Simone Tebet (PMDB-MS) propôs a redução desse período para cinco dias para cada uma das partes. Assim, o julgamento final, previsto para o início de agosto, seria em meados de julho. Simone argumentou que o novo Código de Processo Penal prevê prazos mais curtos.

— Estou fazendo uma questão de ordem de acordo com os termos do Código de Processo Penal. Não sou dona da verdade nem sei se tenho razão nesse assunto. Acabei de receber o relatório e me socorri de informações que tenho aqui — explicou a senadora.

A proposta gerou protestos de parlamentares contrários ao impeachment de Dilma

Rousseff e o cronograma ficou sem decisão. Diante disso, o presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), decidiu levar a questão ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. O recurso ao ministro do STF sobre o mesmo tema também foi pedido por Raulo Rodrigues (Rede-AP).

Há ainda outras consultas que serão encaminhadas a Lewandowski. Uma delas é se a votação dos requerimentos dos integrantes do colegiado deve ser feita um a um ou em bloco. A comissão decidiu examiná-los em conjunto, o que também motivou protestos dos apoiadores de Dilma — que abandonaram a reunião de quinta-feira depois que o colegiado rejeitou incluir no processo as gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Outro recurso, desta vez apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), pede que o julgamento da presidente afastada se resume a dois fatos: os quatro decretos, em bloco, e as pedaladas fiscais. A defesa quer que sejam cinco fatos.



José Eduardo Cardozo (à mesa, ao lado de Anastasia e Lira) faz a defesa de Dilma Rousseff na reunião de quinta-feira

Ana Volpe/Agência Senado — 2/6/2016

Nota pública da Presidência do Senado Federal

“Apesar de não conduzir o processo e não integrar a comissão processante, como presidente do Congresso Nacional, vejo com preocupação as iniciativas para comprimir prazos. Mais ainda se a pretensão possa sugerir supressão de direitos da defesa, que são sagrados.

É imperioso agilizar o processo para que não se arraste indefinidamente. Para tal, é possível reduzir formalidades burocráticas, mas sem restringir o devido processo legal e, principalmente, o direito de defesa. Dez dias na história não pagam o ônus de suprimi-los.

Para isso, não devemos lançar mão de expedientes de discutível caráter democrático, ainda que respaldados em interpretações razoáveis. O que devemos transmitir ao Brasil e ao mundo é a certeza de um julgamento isento, responsável e civilizado, como se viu, aliás, na longa sessão do dia 11 de maio, em que foi admitido o processo, a despeito de atitudes extemporâneas e equivocadas que, pontualmente, a precederam e que poderiam pôr em risco a lisura da condução do impeachment, como tentaram.

Igualmente, parece-me prudente evitar recorrer, a todo tempo, ao Judiciário para que decida questões de ordem. Por mais sensatas e qualificadas que sejam as decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e elas o são, é inadequado sobrecarregá-lo com trabalho tipicamente congressional e que corre o risco de ser interpretado como transferência de responsabilidade.”

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Lindbergh critica tentativa de encurtar prazos no processo contra Dilma

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a intenção de atropelar prazos de alguns membros da Comissão Especial do Impeachment.



Para o senador, a pressão vem do presidente em exercício, Michel Temer, que estaria preocupado com a mudança de votos de senadores. Lindbergh crê que a troca de votos pode mesmo ocorrer porque os senadores acompanham a mudança de opinião da sociedade, que, segundo ele, tem apresentado uma alteração favorável a Dilma.

Ana Amélia nega prejuízo a direito de defesa da presidente afastada

Ana Amélia (PP-RS) negou que Dilma Rousseff esteja sendo prejudicada em seu direito de defesa. A senadora disse que essa é uma das preocupações do presidente da comissão especial, Raimundo Lira (PMDB-PB).



— Os aliados fazem

seu papel e os respeito pela fibra e coragem. Não é possível que 80 requerimentos sejam votados um a um. Não precisa ser inteligente para entender que essa é uma manobra para procrastinar o processo — disse.

Acir Gurgacz diz que vai aguardar fim dos trabalhos para decidir voto

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse, em Plenário, que votou pela admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma, mas que só terá certeza sobre seu voto após a conclusão dos trabalhos da comissão que analisa o



pedido. Sobre a possibilidade de abreviar os prazos do processo, avaliou que o Senado deve ter o cuidado de não restringir o direito de defesa da presidente. Cobrou ainda o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Plenário vota projetos de controle fiscal e de proteção à mulher

O destaque da pauta do Plenário de amanhã é o projeto de lei que inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) normas para execução orçamentária e planejamento no setor público. Além disso, os senadores podem apreciar projetos destinados a combater a violência contra a mulher e devem concluir a votação da PEC dos Precatórios.

O PLS 229/2009, primeiro item da pauta, estabelece novo modelo de elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para o planejamento, o controle de gastos e a contabilidade na administração pública. Também obriga o governo federal a implementar mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. De Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é um

substitutivo de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele reformula o Plano Plurianual (PPA), que deverá ser simplificado e ter por base o programa de governo apresentado durante a campanha eleitoral, e reforça os compromissos com o PPA na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Medida importante do ajuste fiscal, o projeto já teve a deliberação garantida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Mulheres

Duas propostas sobre violência contra as mulheres também poderão ser votadas. A PEC 43/2012 inclui as mulheres vítimas de violência entre os beneficiários da política de assistência social. A proposta é de Marta Suplicy (PMDB-SP) e foi relatada por Paulo

Paim (PT-RS). Já o PLC 7/2016 garante à mulher violentada atendimento policial prestado por mulheres. Relatado por Aloysio, ele precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Porém, Renan já assegurou que o projeto irá a Plenário imediatamente após a aprovação na CCJ.

Precatórios

O Plenário deve concluir ainda a análise da PEC dos Precatórios (PEC 159/2015), aprovada em primeiro turno na quarta-feira. Os precatórios são dívidas do governo com cidadão ou empresa. A proposta permite que apenas parte dos depósitos judiciais de estados e municípios seja usada para pagamento de precatórios. A PEC também estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os

a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020 dentro de um regime especial.

Banco Central e DRU

Os senadores também devem apreciar a indicação do economista Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central. Ele será sabatinado amanhã pela CAE, que deve dar o parecer no mesmo dia. Renan antecipou que a indicação será levada ao Plenário assim que a comissão der o aval.

A PEC 143/2015, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU), também está na pauta, mas não será votada. A Câmara dos Deputados analisa proposta com o mesmo teor, já aprovada em primeiro turno, e os líderes partidários do Senado decidiram aguardar essa deliberação para não incorrer em um conflito de matérias.

Há 50 anos, ditadura derrubava velho aliado

Governador Adhemar de Barros, que havia sido decisivo para a vitória dos golpistas em 1964, pagou caro por virar a casaca e se voltar contra o regime. Em 6 de junho de 1966, os militares o expulsaram do governo paulista e encerraram sua vida política

Ricardo Westin

A INSOLÊNCIA ERA escancarada. Ao longo dos primeiros meses de 1966, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, peitou sistematicamente o marechal Humberto Castello Branco, o primeiro presidente da ditadura militar. O líder paulista exigia o fim do regime iniciado em 1964, a renúncia do mandatário e a convocação de eleição direta para a Presidência da República.

A ditadura deu o troco há exatos 50 anos. Em 6 de junho de 1966, com uma canetada, Castello Branco despejou o governador do Palácio dos Bandeirantes e pôs um ponto final na carreira de um dos nomes mais controversos da política brasileira. Faltavam só oito meses para a conclusão do mandato.

Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram como os senadores da época reagiram. A opinião deles refletiu a cisão entre a Arena (governo) e o MDB (oposição), únicos partidos autorizados pela ditadura.

O senador Gay da Fonseca (Arena-RS) disse que Castello Branco fora até mesmo benevolente:

— O senhor presidente não quis usar do recurso da Constituição para intervir em São Paulo. Resguardou a autonomia do estado, como homenagem ao seu povo. Optou por outro recurso, que o ato institucional lhe conferia. Atingiu apenas o homem que não estava sintonizado com o povo do grande estado. Foi uma demonstração inequívoca do apreço do presidente às instituições e à ordem constitucional.

Ele se referia ao Ato Institucional 2, baixado em 1965 com o objetivo de blindar o regime. O AI-2 estabeleceu eleições indiretas para a Presidência, impôs o bipartidarismo e deu carta branca para que o presidente cassasse os direitos políticos de qualquer cidadão. Foi este último dispositivo do AI-2 que derrubou Adhemar em 1966.

O senador Josaphat Marinho (MDB-BA) fez um discurso tímido, quase resignado, contra Castello Branco:

— Tenho o dever de homem público, de senador da República, de manifestar a repulsa de uma consciência democrática ao ato de violência praticado contra a autonomia de São Paulo. Falo com a isenção de quem nunca

nem cumprimentou o ex-governador.

Em 1966, não houve dia em que os jornais não publicassem declarações de Adhemar contra o regime. Em janeiro, o governador pediu eleições diretas para presidente e governador e defendeu o fim do bipartidarismo:

— Vejam os próprios nomes dos atuais partidos, bastante infelizes. Na Arena, os leões são todos de chácara.

O tom era cada vez mais provocador. Em março, pediu que Castello Branco fizesse um “gesto de grandeza e patriotismo” e renunciasse, transmitindo o cargo ao marechal Eurico Gaspar Dutra, que havia sido presidente entre 1946 e 1951, eleito democraticamente.

— No marechal Dutra, todos confiam — argumentou Adhemar, acrescentando que o novo presidente permitiria a volta à democracia.

Projeto ambicioso

À primeira vista, os esperneios levavam a crer que Adhemar era adversário dos abusos dos militares e defensor das liberdades democráticas. Não era bem assim. O governador estava mais comprometido com seu ambicioso projeto de tornar-se presidente da República. É por isso que batia tanto na tecla das eleições diretas.

Adhemar havia disputado as eleições presidenciais de 1955 e 1960, terminando sempre em terceiro lugar. Em 1955, o vencedor foi Juscelino Kubitschek. Em 1960, Jânio Quadros.

O irônico é que, antes de tornar-se adversário dos militares, Adhemar foi um dos conspiradores mais decisivos no golpe de 1964. Ele ajudou a organizar em 19 de março a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma megamanifestação de 300 mil pessoas no centro de São Paulo que pediu a destituição do presidente João Goulart para afastar do país o “perigo comunista”. Na noite do golpe, em 31 de março, o governador fez um pronunciamento em cadeia estadual de rádio e TV anunciando que a ação que encurralava Jango era apoiada por São Paulo.

— Adhemar se sentiu traído — explica Amilton Lovato, autor da biografia *Adhemar - fé em Deus e pé na tábua* (Geração Editorial). — Ele retirou o apoio quando se deu conta de que os militares não cumpririam a promessa



O governador Adhemar de Barros participa de evento na década de 1960: “rouba, mas faz”

de realizar eleições presidenciais diretas em 1965. O sucessor de Castello Branco seria eleito pelo Congresso, não pelo povo, e apenas em 1966.

Aos jornais, Adhemar soltava desabafo como “não vou mais fazer revolução nenhuma” e “os traidores só são usados quando interessam, depois são jogados de lado”.

Ele não foi o único “golpista arrependido”. No grupo, também figuravam o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e até mesmo JK. O primeiro fora um dos mais virulentos críticos de Jango. O segundo, como senador, protagonizara as negociações que levaram o Congresso a eleger Castello Branco. Adhemar, Lacerda e JK ambicionavam a Presidência e, por isso, foram sumariamente cassados.

Adhemar não dizia explicitamente que debaixo das críticas se escondiam motivações pessoais. Em abril de 1966, deu uma justificativa pouco crível para seus ataques aos ex-aliados:

— O povo esperava que os líderes da revolução tirassem o Brasil da esquerda para o centro, mas fizeram tanta força que o país foi parar na direita.

“Caixinha”

Castello Branco fazia vista grossa. A paciência se esgotou quando Adhemar começou a sabotar o candidato dos militares na eleição para sucedê-lo no Palácio dos Bandeirantes, que estava marcada para setembro de 1966 e, por ordem da ditadura, seria indireta. O governador foi acusado de criar uma “caixinha” com propina e dinheiro público para recompensar os deputados estaduais que não votassem no candidato de Castello Branco.

A cassação foi baixada na cabalística data de 6/6/66, uma segunda-feira chuvosa. Não houve processo nem direito de defesa. Adhemar saiu de

cena sem esboçar reação.

Acabava assim a carreira de um dos políticos mais influentes e polêmicos de São Paulo. Adhemar ganhou notoriedade em 1938, ao ser alçado ao posto de interventor do estado pelo ditador Getúlio Vargas. Depois, pelo voto popular, ele voltaria ao governo paulista duas vezes e ocuparia a prefeitura da capital uma vez.

Sua principal política era inaugurar obras públicas monumentais. São Paulo deve a Adhemar, por exemplo, o Hospital das Clínicas, o Autódromo de Interlagos, o Aeroporto de Viracopos e as Rodovias Anhanguera e Anchieta.

Adhemar se viu envolvido em inúmeras acusações de corrupção. Por essa razão, os adversários lhe atribuíram o slogan “rouba, mas faz”, do qual jamais se desvencilhou. Nunca, porém, se comprovaram as suspeitas.

No mesmo dia da cassação, o vice-governador Laudo Natel — que era presidente do São Paulo Futebol Clube — tomou posse para cumprir o restante do mandato de Adhemar.

No Senado, o vice-líder da Arena, Eurico Rezende (ES), argumentou que a cassação foi necessária porque a sucessão em São Paulo era “de interesse fundamental para a segurança da revolução” e porque não haveria eleição limpa com Adhemar no governo.

O líder do MDB, senador Aurélio Viana (GB), discordou. Para ele, a “revolução” havia extrapolado os limites:

— A questão não é se o senhor Adhemar de Barros estava praticando a corrupção e deveria ter sido afastado do poder pela força. A questão é se numa democracia esse processo é válido. Enquanto outros defendem o direito da força, nós defendemos a força do direito. O que acontece é que alguns de nós ainda estamos na ilusão de que vivemos num país em que a força do direito é que é válida.

Após a cassação, Adhemar deixou o Brasil. Um ataque cardíaco o mataria pouco depois, em 1969, na França.

Jornal do Brasil/CPDoc/IB

Ademar agradece à Força Pública e enaltece os seus feitos na Revolução

São Paulo (Socursal) — O Governador Ademar de Barros agradeceu ontem, falando diante de 3.500 homens da

O governador Adhemar de Barros em reportagens do *Jornal do Brasil*: de apoiador da “revolução” de 1964 (E) a adversário do regime militar que acabaria sendo cassado pelos ex-aliados em 1966

Ademar de Barros renova apelo para que Castelo renuncie logo

CSN examina com Castelo ESTADO DO RIO NO 1B

Ao chegar ontem ao Rio, cassações de mandatos de São Paulo, o vigiadas pelos jornais com “No Brasil de hoje não há

Ademar declara que só morto ou por sua própria vontade deixa o Governo

Mem de Sá adverte que depois de Ademar novas cassações poderão ser decretadas

Assista a vídeo da Agência Senado sobre Adhemar: <http://bit.ly/videoAdhemar>

Leia todas as reportagens anteriores do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivoS>

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.